

Instalada CPI da soberania

Foi instalada ontem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigará, nos próximos três meses, as denúncias de existência de uma conspiração internacional contra a soberania do Brasil sobre áreas de mineração na Amazônia. Segundo o autor das denúncias — o jornal O Estado de S. Paulo — estariam envolvidas nesta conspiração a Igreja — através do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão ligado à CNBB — e outros organismos, vinculados à questão indígena no País.

Presidirá a Comissão o parlamentar que a convocou — deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o relator será o senador Ronan Tito (PMDB-MG). A comissão tem 18 membros, entre representantes do PMDB, PFL, PDS e PDT e num balanço preliminar, os constituintes que defendem a Igreja e seus organismos, inocentando-a de participação na possível conspiração, somam 10, enquanto que os que acham

que a conspiração de fato existe seriam oito. Este equilíbrio deverá ser alterado, já que o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RS), solicitou ao presidente da Comissão que entre em contato com a presidência do Congresso para que mais três constituintes sejam chamados a participar dos trabalhos. Segundo Lysâneas, o regimento comum das duas casas prevê, para a constituição de CPIs mistas, um máximo de 21 membros. As três vagas seriam ocupadas por representantes dos pequenos partidos.

DEPOIMENTOS

O primeiro depoente na comissão será o diretor-responsável pelo jornal denunciante, que deverá comparecer à CPI na próxima quinta-feira, às 15 horas. Deverão ser também convocados para prestar seus depoimentos o presidente do CIMI, da CNBB e do Conselho Mundial de Igrejas. Por sugestão do deputado Lysâneas Maciel, os membros da comissão deverão ir, no final da pró-

xima semana, à região da Serra Couto Magalhães, em Roraima, uma das áreas ocupadas pelos índios Yanomami, onde houve recentemente um conflito entre garimpeiros e índios. Como consequência, a assistência médica — prestada pelo CIMI aos índios foi retirada e a área está praticamente isolada. Segundo relato do deputado, há na região um surto de sarampo, que deve estar matando os índios. Quatro deles morreram nos conflitos.

Na avaliação dos parlamentares, são simpáticos à Igreja, dentro da comissão dos constituintes Ronan Tito, Severo Gomes, Eraldo Trindade, Almir Gabriel, Nelson Wedekin, Teotônio Vilela Filho, José Carlos Sabóia, Otávio Elísio, Vasco Alves e Lysâneas Maciel, enquanto que defendem posição idêntica ao jornal denunciante os constituintes Alexandre Costa, João Menezes, Jarbas Passarinho, Roberto Cardoso Alves, Gidel Dantas, Ricardo Flúza e Gerson Peres.

Por que não Dom Luciano?

A quebra da tradição parlamentar na escolha de sua direção, os nomes indicados pelo PMDB para integrá-la e o relator escolhido indicam que a CPI do Cimi está destinada a não apurar nada e nem condenar ninguém. A não ser o jornal e jornalistas autores das denúncias.

É suspeito, antes de mais nada, o fato de o relator e o presidente serem do mesmo partido, o PMDB, quando a praxe parlamentar determina que o sejam de legendas diferen-

tes. Depois, o autor do requerimento das CPIs tradicionalmente é o seu relator, o que não aconteceu no caso: o deputado Cardoso Alves ficou como presidente.

O relator indicado pela liderança do PMDB, o senador Ronan Tito, não é um parlamentar isento para relatar o assunto. Através de declarações à imprensa, assim que "O Estado de S. Paulo" iniciou as denúncias, o senador mineiro já pré-julgou como falsos os documentos que embasam

os fatos a serem apurados, repetindo palavra que lhe foram ditas por dom Luciano Mendes, presidente da CNBB.

Se a CPI tem por objetivo apurar as denúncias, o relator deveria ser o autor do requerimento de convocação ou, então, em respeito à praxe, alguém de outro partido. Se é uma farsa, que nada visa a elucidar, melhor seria indicar dom Luciano. Assim, pelo menos se teria a própria voz e não um porta-voz da CNBB.